CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 FONE 255.20.44 CEP 01045-903

PROCESSO CEE Nº: 1200/91 - An. Proc. DRE/ Campinas nº 10.155/16/91
INTERESSADA : DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CAMPINAS ASSUNTO
: Retenção de Documentos Escolares por inadimplência.
RELATOR : Consº Aparecido Leme Colacino
PARECER CEE Nº 1070/92 - CEGP - APROVADO EM 02/09/92

CONSELHO PLENO

1-HISTÓRICO

Trata-se de retenção de históricos escolares dos alunos Thiago Fontes de Mello, Jorge M.Lagos Miltre e Alexander M. Lagos Miltre, que estão inadimplentes junto à Escola Rio Branco de Campinas, D.E.de Campinas e que se transferiram para EEPSG" Barão Geraldo de Rezende", em 1990, sem os respectivos Históricos Escolares.

2- APRECIÇÃO

O Parecer CEE nº 214/92 da CLN, aprovado por unanimidade na sessão Plenária de 1/4/92 e Publicado em 3/4/92, que tratou de caso similar a este, esclarece que a Lei nº 8.170, de 17/01/91, em seu artigo 4º estabelece que: "São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos de transferência ou o indeferimento das matrículas dos alunos cuja inadimplência não decorrer de encargos fixados definitivamente e reajustados "nos termos desta Lei".

Por outro lado, o Parecer, ressaltando o princípio constitucional de que "a educação é direito de todos", determina que as Escolas apliquem o disposto no artigo 10 da Deliberação CEE 15/85, "a todos os casos particulares que se possam enquadrar na hipótese nele prevista". Afinal, conclui: Ficam os órgãos próprios da Secretaria de Estado da Educação autorizados a analisar e decidir sobre processos semelhantes a este, nos termos deste Parecer, obedecidas as demais normas que regem a matéria.

PROCESSO CEE Nº 1200/91

PARECER CEE Nº 1070/92

3 CONCLUSÃO

Aos órgãos da administração e a DRE de Campinas para as providências necessárias para o cumprimento do que determina o Parecer CEE nº 214/92, que deve ser aplicado em casos de retenção de documentos por inadimplência

São Paulo, 08 de julho de 1992.

a) Consº Aparecido Leme Colacino
RELATOR

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barretto, Jorge Nagle, Maria Eloísa Martins Costa e Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 29 de julho de 1992.

a) Consº Jorge Nagle
PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DO
ENSINO DO PRIMEIRO GRAU

PROCESSO CEE Nº 1200/91

PARECER CEE Nº 1070/92

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 02 de setembro de 1992.

**a) Cons. José Mário Pires Azanha
Presidente**